

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.364.929 - RJ (2018/0243866-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : NÚBIA COZZOLINO
ADVOGADO : JOSE MARCOS MOTTA RAMOS - RJ073027
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que a agravante interpôs recurso em sentido estrito contra decisão de primeiro grau que indeferiu pedidos da defesa. Após, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso, entendendo que a referida decisão de indeferimento seria irrecorrível, por não estar presente no rol do art. 581 do CPP.

O acórdão restou assim ementado:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. INDEFERIMENTO DE PEDIDOS RELATIVOS À PROVA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA SIMPLES. AUSÊNCIA DO PRESSUPOSTO RECURSAL ADEQUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

I - A decisão que indefere pedido da defesa de realização de perícia contábil e de ilicitude de prova emprestada possui natureza jurídica de interlocutória simples, sendo, portanto, irrecorrível, por ausência do pressuposto recursal adequação, já que o rol do art. 581 do CPP não ressalva aquela hipótese.

II - Recurso em sentido estrito não provido.

Opostos embargos de declaração, restaram estes rejeitados.

Em sede de recurso especial, a defesa sustenta que: "*ao contrário do que foi afirmado, a decisão interlocutória que indefere a produção da prova requisitada não tem natureza de decisão interlocutória simples, mas sim característica de decisão interlocutória mista (não terminativa), haja vista o fato de encerrar totalmente a instrução probatória, o que, por óbvio, desafia a possibilidade da interposição recursal*" (fl. 180).

A r. decisão agravada inadmitiu o recurso especial, haja vista a ausência de indicação do dispositivo legal violado e comprovação da divergência jurisprudencial,

além da necessidade de reexame de provas.

Em agravo em recurso especial, a defesa alega que não há que se falar em falta de indicação do dispositivo que serve de fundamento para o recurso especial, a desnecessidade de reexame de provas e a comprovação da divergência jurisprudencial.

Contraminuta às fls. 298/306.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 319/321).

É o relatório. Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

O recurso não merece ser conhecido.

Registra-se que a agravante não apontou o dispositivo de Lei Federal porventura violado pelo acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal - STF.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. FORMAÇÃO DE QUADRILHA E FURTO QUALIFICADO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. PROPORCIONALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. I - A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos. II - A ausência de indicação do dispositivo legal que teria sido supostamente violado inviabiliza o conhecimento do recurso especial, pois incide à espécie a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. III - Faz-se necessário observar que a operação de dosimetria da pena está vinculada ao conjunto fático-probatório dos autos. Desse modo, a revisão do cálculo pelas instâncias superiores depende da constatação de flagrante ausência de proporcionalidade, que justifique a revisão da pena imposta a partir da adequada valoração dos fatos e provas que delineiam as circunstâncias peculiares de cada caso concreto. IV - Na situação destes autos, verifica-se que a exacerbação da pena-base está, de fato, fundamentada, tendo em vista que o v. acórdão recorrido consignou expressamente não haver desproporcionalidade no acréscimo. Agravo regimental desprovido. (AgInt no REsp 1642141/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018 - Grifo Nosso).

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. VILIPÊNDIO AOS ENUNCIADOS 17 E 444, AMBOS DA SÚMULA DO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 518/STJ. PLEITO DE MODIFICAÇÃO DA SANÇÃO SUBSTITUTIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PLEITOS DE RECONHECIMENTO DE PREJUÍZO EM FUNÇÃO DA DEFICIÊNCIA DA ANTERIOR DEFESA TÉCNICA DA RÉ, DE MODIFICAÇÃO DE REGIME E DE RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES PREVISTAS NOS ARTS. 65, III, "B", E 66, AMBOS DO CP. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. *"Não se reconhece, na espécie, a arguida violação ao art. 59 do Código Penal, pois, com exceção das hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, não cabe a esta Egrégia Corte o reexame da dosimetria da pena, haja vista a necessidade de análise acurada dos elementos dos autos". (REsp 620.624/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 29/11/04)* 2. *Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula. Exegese do enunciado 518 da Súmula do STJ.* 3. ***A ausência de indicação do dispositivo ofendido enseja a aplicação do enunciado nº 284 da Súmula do Pretório Excelso, pois caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia.*** 4. *"É vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental e nos embargos integrativos, tendo em vista a ocorrência da preclusão como consequência de a questão não ter sido tratada oportunamente". (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 757.760/GO, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 28/06/2013)* 5. *Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1196276/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018 - Grifo Nosso).*

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

